

MODELOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA E A PAZ

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Na última década impôs-se em Portugal a necessidade de educar os jovens portugueses no conhecimento dos temas e dos problemas da segurança e defesa e da paz. Essa imposição desponta em concomitância com o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência em 15 de novembro de 2012 pretende assegurar a inclusão da temática da educação para a segurança e defesa nacional, nomeadamente na sua vertente de cultura para a paz, no sistema de ensino português e no currículo nacional.

Há contudo vários modelos de educação para a segurança e defesa e a paz que podem ser adotados. Podem-se classificar em três grandes paradigmas. Um alicerça-se no estudo e no conhecimento da memória e da herança nacional. Outro, resulta da leitura da realidade geopolítica e geoestratégica nacional e global, quer irrompendo dos media, quer advindo de acontecimentos que afetam diretamente a vida quotidiana e habitual dessa. O terceiro assenta na resolução de conflitos e a educação para a paz.

Estes três modelos genéricos não são antinómicos. Bem pelo contrário, podem e devem ser combinados e mesclados, dado que se conciliam, em geral, bem uns com os outros. Mas refletem enfoques distintos na forma como se pode abordar a educação para a segurança e defesa e a paz.

P 2

O VETOR MILITAR NO COMBATE AO TERRORISMO: NOVOS DESAFIOS, NOVA ESTRATÉGIA?

MARIA DÁ MESQUITA

Tem-se verificado, após o 11 de setembro, um crescente recurso ao vetor militar no combate ao terrorismo transnacional personalizado na Al-Qaeda. É com frequência que nos deparamos com notícias de militantes da Al-Qaeda mortos em ataques aéreos conduzidos pelos Estados Unidos através dos famosos e eficazes *drones* em territórios além-fronteiras, como o Paquistão ou o Iémen.

O presente artigo visa analisar o modo como as tecnologias associadas às guerras modernas tem influenciado uma nova conceção estratégica para fazer face ao terrorismo transnacional e em que medida, desta forma, os novos desenvolvimentos tecnológicos têm constituído valiosos e vantajosos instrumentos em ofensivas contraterroristas globais, mais especificamente na aquisição e erradicação de alvos terroristas e, consequentemente, na desestruturação e enfraquecimento de redes como a Al-Qaeda.

P 6

MODELOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA E A PAZ

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador de História Contemporânea (FCSH/UNL). Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Estudos Políticos (FCSH/UNL).

Introdução

A 11 de março de 1999 era publicado o Despacho Conjunto n.º 267/99 entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação criando um grupo de contacto entre os dois ministérios com vista à elaboração de “um plano plurianual de intervenção no sistema educativo” que permitisse pôr em evidência “o contributo específico dos órgãos e estruturas da defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis”, assim como a “a finalidade e natureza das suas atividades em tempo de paz”.¹

A lei do Serviço Militar, Lei 174/99 de 21 de setembro de 1999 prevê no seu artigo n.º 11 a sensibilização e a divulgação dos preceitos constitucionais e dos princípios gerais que se relacionam com a defesa nacional e com as Forças Armadas e os direitos e deveres dos cidadãos a estas atinentes, ao mesmo tempo que no artigo n.º 12 se refere que outros serviços públicos, com relevância para o sistema de ensino nacional, devem desenvolver ações de sensibilização e divulgação do papel da defesa nacional e das Forças Armadas, “através da integração temática da defesa nacional em curricula escolares”.²

A Lei de Defesa Nacional, Lei n.º 31-A/2009, seguindo a Constituição da República Portuguesa, afirma que “a defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses”.³

O termo do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e a ampliação das ameaças e riscos que envolvem as sociedades, levando ao desenvolvimento de um conceito alargado, polémico, e contestado conceptualmente, de segurança (Brandão, 2011), exige que, de alguma forma, a sociedade portuguesa possa educar os jovens no conhecimento do que é a segurança e a defesa e promover a paz consequentemente.

Como se observa, desde 1999 foram desenvolvidas uma série de iniciativas com vista a inclusão no quadro do sistema educativo nacional das prolemáticas da segurança e da defesa nacional, e do seu trabalho em prol da paz.⁴

Tendo em consideração este tablado, e considerando o imperativo de desenvolver no quadro escolar, uma educação que promova a segurança e a paz, foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência em 15 de novembro de 2012. No quadro do protocolo de cooperação, o “Ministério da Educação e Ciência, no desenvolvimento dos princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensino básico e secundário consagrados no Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, pretende assegurar a educação para a cidadania no currículo, possibilitando a inclusão da temática da educação para a segurança e defesa nacional, nomeadamente na sua vertente de cultura para a paz.”

Subsequentemente, as linhas orientadoras do Ministério da Educação e Ciência para a educação para a cidadania indicavam como uma das áreas temáticas a desenvolver a “Educação para a Segurança e a Defesa Nacional”, com vista a evidenciar o contributo específico dos “órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis”, ecoando as orientações do Despacho Conjunto n.º 267/99, e para a “identidade nacional no reforço da matriz histórica de Portugal”, nomeadamente pela consciencialização do seu património cultural e pela “tradição universal de interdependência e solidariedade entre os povos do mundo”.

O recentíssimo Conceito Estratégico de Defesa Nacional acentua a relevância de promover uma cultura de segurança, desenvolvendo “nos programas escolares os valores nacionais e a formação de um patriotismo democrático e cosmopolita”.⁶

A educação da segurança e defesa nacional no sistema de ensino nacional parece ser consensual. Há contudo várias experiências pedagógicas e modelos nacionais que podem ser seguidos com vista a implementar no quadro do sistema de ensino nacional. Estes modelos não são necessariamente antagónicos, podendo pelo contrário, ser mesclados, potenciando uma leitura das problemáticas da segurança e defesa nacional mais latas e mais ricas e de maior amplitude para o desenvolvimento do conhecimento dos jovens educandos.

O presente texto visa sistematizar os modelos de educação para a segurança e defesa e a paz. Trata-se de, numa primeira leitura, evidenciar conteúdos curriculares e metodologias pedagógicas que possam sustentar um programa para a educação da segurança e defesa e a paz no sistema de ensino português.

Educar para a Segurança e a Defesa Nacional: Modelos

Pode-se dividir em três grandes campos as formas de educar os jovens para uma cultura de segurança

e defesa nacional. O modelo Memória - Herança alicerça-se no conhecimento da história e da memória nacional, nos valores nacionais por eles forjados e pelas gerações posteriores assimilados e aceites e nas lutas e conflitos desenvolvidos para os preservar. A leitura geopolítica e geoestratégica e a inferência da necessidade de segurança e defesa mundial e nacional que daquela advém. A educação e o desenvolvimento de competências teórico-práticas para a resolução de conflitos e para a promoção da paz. Tratando-se de modalidades distintas de conhecimento e de ação, não obstante, cada um destes modelos favorece a educação para a segurança e defesa, tanto podendo ser utilizados separadamente, como combinados – o que se julga ser mais conveniente – para que os discentes adquiram conhecimentos e competências nas temáticas em apreço.

Memória - Herança

O estudo de testemunhos memoriais é uma das atividades pedagógicas e didáticas que podem ser propostas aos estudantes. A leitura de textos de época (correspondência, textos memoriais, artigos de jornais, etc.), relativos aos conflitos e às guerras, assim como a visualização de imagens, desde quadros a fotografias, passando pelo levantamento de monumentos e sua colocação numa dada era, são outros utensílios com que se conta para promover cultura de segurança e defesa nas escolas. Um bom exemplo deste aproveitamento é o dossiê pedagógico *Le Femmes et les Enfants durant la Grande Guerre* com vista a trabalhar o olhar crítico sobre a propaganda, e que recorre ao cartão postal da época com representações do papel que incumbiria à mulher e à criança em tempo de guerra (nomeadamente, a relação entre a maternidade e a mobilização demográfica de jovens para as forças armadas). O aproveitamento do vasto manancial de recursos memoriais permite aos alunos uma ampla manipulação de documentação que enriquece a sua cultura e o seu conhecimento do Mundo em que inserem.⁸

O conhecimento da segurança e defesa e da paz por via do estudo de testemunhos memoriais tem uma vantagem adicional de introduzir em simultâneo o estudo da temática da identidade nacional. A memória correlaciona-se com o património nacional e com a herança que aos jovens lhes foi legada pelas gerações anteriores e a sua valorização, por via do seu conhecimento, dinamiza a identidade coletiva e os valores da segurança e da defesa nacional e da paz como elemento axial da sua preservação.

Permite, por exemplo, integrar a história da guerra e a história do Estado e inscrever a guerra nas relações internacionais entre os Estados, tornando ao jovem mais compreensível e cognoscível as causas dos conflitos internacionais e o papel social, político e institucional das Forças Armadas no quadro nacional e internacional (Lecoq, 2011: 1).

A Leitura Geopolítica e Geoestratégica

Neste campo talvez seja relevante começar por apresentar a Recomendação n.º 5/2011 do Conselho Nacional da Educação sobre a “educação para o risco”. Apresentando as sociedades contemporâneas como “sociedades de risco”, propõe que se desenvolva uma escola “virada para a ação” que promova a gestão do risco, como resposta aos riscos que decorrem tanto da ação humana quando de causas naturais.⁹ A “educação para o risco” é um exemplo de como uma leitura sobre a realidade geopolítica e geoestratégica leva à elaboração de um programa curricular que desenvolva competências nos jovens para responder aos desafios com que a sua realidade os confronta.

A vida contemporânea é um alforje de experiências relacionados com o conflito e com a guerra e com a segurança e a defesa e a paz. As notícias transportam os jovens para situações e áreas de conflito e de violência armadas e suscitam ou podem suscitar questões relacionadas com a guerra e com a segurança, a defesa e a paz. Os tipos de conflitos, as guerras de expansão, os genocídios por

motivos étnicos e religiosos, as guerras esquecidas, assim como as novas ameaças, o terrorismo, as armas de destruição maciça, o crime internacional organizado, o tráfico de armas, as ciberameaças, são temas contemporâneos que podem e devem ser trazidos à discussão e ao debate e ao conhecimento dos jovens discentes.

A inserção dos jovens na sua realidade implica igualmente o reconhecimento de situações que os ameaçam e podem pôr em risco a sua vida e a vida dos seus familiares e amigos. Estas temáticas podem servir de base à compreensão do quadro internacional e à interpenetração dos espaços nacionais e internacionais e ao papel das forças armadas e das forças de segurança na preservação e na proteção da sociedade em que vivem os educandos (Casas Álvarez e Martin-Pinillos, 2007). Os jovens têm uma genuína perplexidade face à guerra e muitos interessam-se por debater as suas causas e as razões por que os seus países se batem em conflitos armados, diz um autor britânico (Davies, 2005: 17-18). Todavia, o mesmo autor avisa para a necessidade de a leitura do conflito e do conflito armado ser sofisticada, dissecando os dois lados da história, desenvolvendo uma compreensão crítica da mesma e buscando alternativas à guerra, sem contudo deixar de considerar a necessidade desta, em certas circunstâncias (Davies, 2005: 19-20). A guerra como instrumento da paz, da liberdade e da justiça, não pode deixar de ser levantada e interpelada (Casas Álvarez e Martin-Pinillos, 2007: 55 e 73).

A Resolução de Conflitos e a Educação para a Paz

A resolução de conflitos visa a resolução de problemas, de potencial carácter conflitual e violento, que despontam nas relações humanas. O seu propósito deriva da morigeração ou contenção de conflitos que são algo normal na vivência humana e em tratá-los de forma não violenta, negociando-

-os e aplacando-os. No quadro de uma sociedade democrática é central desenvolver um modelo de ação social favorável a resoluções amigáveis dos conflitos. A Educação para a Paz promove, de forma muito mais abrangente, uma cultura de paz, tendo por base a difusão dos Direitos Humanos, procurando mudar comportamentos e estimulando em cada pessoa uma natureza pacífica e mansa na relação com os outros, que obste ao uso de todo e qualquer tipo de violência. A resolução dos conflitos tem de passar por uma sociedade justa e equitativa, que inclua todos os seres humanos (Duarte, 2012: 18).

Não obstante, a mecânica de processamento da resolução de conflitos e da educação para a paz é muito similar e desenvolve um conjunto de procedimentos que tem por fito a efetiva modificação de comportamento dos alunos em prol de uma postura mais pacífica, alicerçada na dirimção dos conflitos pelo diálogo, pela negociação e pelo acordo entre as partes como forma de dissolução da violência e de resolução pacífica dos diferendos. O conjunto de técnicas desenvolvidas segue em geral estes passos, com uma maior ou menor variação.

- a) Tomar consciência do problema (conflito e paz);
- b) Desenvolver uma preocupação com o assunto;
- c) Adquirir conhecimentos e competências relativas ao assunto;
- d) Motivar-se para novos valores e atitudes;
- e) Ter vontade de agir;
- f) Tentar agir com um comportamento novo;
- g) Avaliar o seu comportamento e experimentá-lo;
- h) Recomendar o novo comportamento (Foutain, 1999: 5).

Há, em todo este processo, uma perspetiva catártica de resolução de um trauma. A conversação tem uma dimensão catártica que estimula a tomada de consciência da realidade e a mudança do comportamento, conseqüentemente, na lógica dos propugnadores desta metodologia pedagógica (Huddleston, 2003: 3).

Conclusão

Na última década impôs-se em Portugal a necessidade de educar os jovens portugueses no conhecimento dos temas e dos problemas da segurança e defesa e da paz. Essa imposição desponta em concomitância com o fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência em 15 de novembro de 2012 pretende assegurar a inclusão da temática da educação para a segurança e defesa nacional, nomeadamente na sua vertente de cultura para a paz, no sistema de ensino português e no currículo nacional.

Há contudo vários modelos de educação para a segurança e defesa e a paz que podem ser adotados. Podem-se classificar em três grandes paradigmas. Um alicerça-se no estudo e no conhecimento da memória e da herança nacional, promovendo o conhecimento das lutas travadas para assegurar a autonomia do país e a liberdade dos seus cidadãos, e dos seus testemunhos físicos e imateriais (literários por exemplo). Outro, resulta da leitura da realidade geopolítica e geoestratégica nacional e global, quer irrompendo dos *media*, quer advindo de acontecimentos que afetam diretamente a vida quotidiana e habitual dessa sociedade (os atentados terroristas, por exemplo, são claramente um tipo de acontecimento que tende a surpreender e a perturbar o viver habitualmente das sociedades). O presente fornece um manancial de questões e de interpelações que perturbam os jovens e podem ser, se bem mobilizados pedagogicamente, um recurso interessantíssimo para fazer entrar estes no complexo universo da segurança e defesa e da busca da paz. A vida é naturalmente conflitual, mas nem todo o conflito tem de ascender à violência e à violência armada. A resolução de conflitos e a educação para a paz visam basilamente dar ferramentas aos jovens para dissolver os conflitos em que estão envolvidos de uma forma pacífica, por

via da discussão, da negociação e da consensualização de posições. Em última análise, pensam os educadores da paz, será plausível desenvolver uma cultura que renegue o conflito armado e a guerra como solução para os conflitos humanos.

Estes três modelos genéricos não são antinômicos. Bem pelo contrário, podem e devem ser combinados e mesclados, dado que se conciliam, em geral, bem uns com os outros. Mas eles refletem enfoques distintos na forma como se aborda a educação para a segurança e defesa e a paz.

Em todos os casos, demandam uma metodologia "virada para ação" como aquela que era recomendada para a "educação para o risco". Mas a escolha dos conteúdos e das metodologias não é, nem técnica, nem pedagógica, mas política e a focalização que um programa dá a uma ou a outra forma de abordagem depende das premissas que considera essencial desenvolver entre os jovens discentes. Como afirma um pedagogo, seguindo a tradição helênica, a pedagogia visa a passagem da natureza à cultura e é por isso iminentemente política (Resweber, 1999: 6). Quando falamos em currículos, falamos em escolhas políticas.

Notas

¹ Despacho Conjunto n.º 267/99 de 11 de março de 1999, *Diário da República*, n.º 72, de 26 de março de 1999, p. 4413.

² Protocolo de Cooperação Entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência, p. 1. Lei do Serviço Militar, Lei 174/99 de 21 de setembro, art.º 11.º e 12.º.

³ "Lei da Defesa Nacional", Lei n.º 31-A/2009 de 6 de julho de 2009, *Diário da República* n.º 129, 1.ª série, de 7 de julho de 2009, p. 4344, art.º 36.º.

⁴ Protocolo de Cooperação Entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação Nacional de 15 de novembro de 2012.

⁵ "Educação para a Cidadania – Linhas Orientadoras", Direção Geral de Educação. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>. Consultado em 26 de abril de 2013.

⁶ "Conceito Estratégico de Defesa Nacional", Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 de 21 de março de 2013, *Diário da República* n.º 67, 1.ª série, de 5 de abril de 2013, p. 1995.

⁷ Veja-se o caso da visita, dada pelos jornais da época, do Czar Nicolas II a França em 1896 e seu aproveitamento para a educação dos jovens discentes em *Espace Pédagogique, Académie de Nantes*, "La Presse sous la III République. . .". Disponível em http://www.pedagogie.ac-nantes.fr/82799287/0/fiche_____ressourcepedagogique/&RH=1160251533531. Consultado a 30 de abril de 2013.

⁸ Este dossiê pedagógico encontra-se no sítio da Académie de Nantes, *Espace Pédagogique*. Disponível em http://www.pedagogie.ac-nantes.fr/1222104859195/0/fiche_____ressourcepedagogique/&RH=1160251533531. Consultado em 30 de abril de 2013.

⁹ "Educação para o Risco", Recomendação n.º 5/2011 do Conselho Nacional de Educação, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 20 de outubro de 2011, pp. 41659-41662.

Referências

Brandão, Ana Paula (2011). "Vinte Anos Depois: Mapeando o Quadro Teórico e a Agenda de Pesquisa dos Estudos de Segurança". Actas do I Congresso do OBSERVARE, *As Tendências Internacionais e a Posição de Portugal*. Lisboa em 16, 17 e 18 de Novembro, UAL/FCG. Disponível em http://observare.ual.pt/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Ana_Paula_Brandao.pdf. Consultado em 26 de abril de 2013.

Casas Álvarez, Francisco Alvarez, Jose de la Esperanza y Martín-Pinillos (2007). *Educacion para la Ciudadania, La Defensa, Compromisso Solidario al Servicio de la Paz*. Madrid: Ministerio de la Defensa. Disponível em http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/docencia/ficheros/Libro_Educacion_Ciudadania.pdf. Consultado em 20 de janeiro de 2011.

Davies, Lynn (2005) "Teaching about Conflict through Citizenship Education". *Citizen – International Journal of Citizenship and Teacher Education*, n.º 2. Disponível em <http://www.citized.info/ejournal/Vol%201%20Number%202/008.pdf>. Consultado em 24 de outubro de 2012.

Duarte, António Paulo (2012). "Modelos de Educação em Segurança e Defesa". *Cidadania e Defesa*, n.º 46, dezembro, pp. 16-19.

Foutain, Susan (1999). *Peace Education in UNICEF*. New York: UNICEF. Disponível em <http://www.unicef.org/education/files/PeaceEducation.pdf>. Consultado em 30 de abril de 2012.

Huddleston, Ted (2003). *Teaching about Controversial Issues: Guidance for Schools*. Disponível em http://www.citizenshipfoundation.org.uk/lib_res_pdf/0118.pdf. Consultado em 30 de abril de 2013.

Lecoq, Tristan (s/d). *Enseigner la Guerre*. Disponível em <http://www.defense.gouv.fr/educadef/defense-et-programmes-scolaires/enseigner-la-defense-textes-generaux/enseigner-la-guerre> e em <http://hist-geo.spip.ac-rouen.fr/spip.php?article5479>. Consultado em 20 de abril de 2013.

Resweber, Jean-Paul (1999). *Les Pédagogies Nouvelles*. Paris: PUF.

O VETOR MILITAR NO COMBATE AO TERRORISMO: NOVOS DESAFIOS, NOVA ESTRATÉGIA?

MARIA DÁ MESQUITA

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais (FCSH-UNL) e mestre em Relações Internacionais: Segurança e Defesa (IEP-UCP). Estagiou no Instituto da Defesa Nacional entre 2012 e 2013.

Introdução

Tem-se verificado, após o 11 de setembro, um crescente recurso ao vetor militar no combate ao terrorismo transnacional personalizado na Al-Qaeda. É com frequência que nos deparamos com notícias de militantes da Al-Qaeda mortos em ataques aéreos conduzidos pelos Estados Unidos através dos famosos e eficazes *drones* em territórios além-fronteiras, como o Paquistão ou o Iémen. Se analisarmos a operação por trás da morte de Osama bin Laden, constatamos que esta não teria sido exequível sem a intervenção de forças especiais e o emprego de tecnologias militares altamente sofisticadas. O presente artigo visa analisar o modo como as tecnologias associadas às guerras modernas tem influenciado uma nova conceção estratégica para fazer face ao terrorismo transnacional e em que medida, desta forma, os novos desenvolvimentos tecnológicos têm constituído valiosos e vantajosos instrumentos em ofensivas contraterroristas globais, mais especificamente na aquisição e erradicação de alvos terroristas e, conseqüentemente, na desestruturação e enfraquecimento de redes como a Al-Qaeda.

Por outro lado, sendo que a estratégia é “a ponte que relaciona o poder militar ao propósito político” (Gray, 1999: 17), importará tecer algumas considerações relativamente às implicações deste novo tipo de missões, das quais não obstante o seu aparente

sucesso, deverá necessariamente advir alguma ponderação, sob pena de tais objetivos táticos se revelarem contraproducentes ou, eventualmente, acabem por anular os objetivos políticos delineados no âmbito de uma estratégia holística e multifacetada, onde concomitantemente imperará a conquista de “corações e mentes”.

Novos Desafios

O recurso ao poder militar para combater grupos terroristas, nomeadamente a intervenção das Forças Armadas em situações críticas ou na defesa de pontos nevralgicos, não é novidade, em especial se as forças de segurança internas se demonstrarem incapazes ou ineficazes na contenção de ameaças em território nacional. Basta recordar as ações do Exército Britânico contra o IRA, cuja intervenção foi muitas vezes essencial na contenção da escalada do conflito (Wilkinson, 2011: 101-105). Na proteção do espaço nacional, sobretudo em áreas ou períodos de elevada probabilidade de ocorrência de atentados terroristas, como por exemplo, aquando do decurso de eventos de dimensão alargada ou internacional e de forte atração mediática, as tecnologias da guerra eletrónica podem igualmente desempenhar um auxílio valioso na prossecução de ações de vigilância (Lemos Pires, 2009: 182). Completamente inovador tem sido, contudo, em particular após os atentados do 11 de setembro, o

recurso frequente à força militar no desempenho de missões externas de contraterrorismo direcionadas contra células da Al-Qaeda dispersas por vários pontos do globo. Tendo início com a intervenção militar no Afeganistão aliada ao derrube do regime, esta nova concepção estratégica tem-se manifestado no presente por meio de ações de aquisição de alvos de caráter limitado em algumas regiões do mundo, nomeadamente em focos geográficos críticos de maior extremismo ou de difícil acesso às forças de segurança ou às forças armadas locais. Antes do 11 de setembro, a única ação militar empreendida contra a Al-Qaeda teve lugar em 1998, aquando do lançamento de mísseis de cruzeiro sobre alvos no Afeganistão e Sudão em retaliação aos atentados às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia (Wilkinson, 2011: 143). Esta nova visão para o uso da força no combate ao terrorismo, não se deve somente aos recentes avanços tecnológicos operados no campo militar, por sua vez propícios à condução de ações de caráter limitado com finalidades preventivas ou preemptivas, mas deve-se igualmente às idiosincrasias do fenómeno do terrorismo na atualidade, de cariz transnacional. Os grupos terroristas têm hoje um potencial bastante mais letal e destrutivo, resultante da contínua adaptação ao espectro tecnológico, o que se reflete não só nos meios que empregam ofensivamente, mas também na sua morfologia e *modus operandi*.

Efetivamente, as tecnologias de informação e da comunicação têm sido altamente responsáveis pela dispersão, alcance e capacidades organizacionais dos grupos terroristas, alterando o modo como estes comunicam e interagem interna e externamente, mas também e mais preocupantemente, o modo como planeiam e conduzem as suas operações. Consecutivamente, não só as organizações que tiram partido das tecnologias da informação e da comunicação se tornam mais perigosas, como também bastante mais difíceis de combater e erradicar. A Al-Qaeda personifica esta realidade, ao integrar uma morfologia semelhante

a uma constelação de nós dispersos e interligados em rede através de múltiplos canais, através dos quais a informação vai sendo partilhada entre os seus membros, reproduzindo deste modo uma configuração organizacional ausente de uma cadeia de comando e controlo direto sobre as várias células e membros. O resultado desta estrutura horizontal é um considerável grau de autonomia decisória e operacional por parte dos vários nós e núcleos, aliada a uma permanente interconectividade e maior segurança para os seus membros, bem como um consequente aumento do seu alcance geográfico, maior eficácia e rapidez funcional e operações sincronizadas e mais difíceis de detetar ou travar, nomeadamente ao nível do planeamento, coordenação e condução das várias atividades, juntamente com uma flexibilidade operacional, dado que as táticas podem ser ajustadas com maior frequência (Zanini e Edwards, 2000: 30 e 70). Assim, numa rede desprovida de hierarquia central, dispersa por todo o globo através da proliferação de células com maior ou menor influência, organizações como a Al-Qaeda apresentam um desafio acrescido em termos de contraterrorismo quando comparadas com organizações tradicionais como o IRA, pois mesmo que seja eliminada uma célula ou uma figura de liderança, os restantes nós e células poderão continuar a funcionar sem grandes constrangimentos.

Para além destas dificuldades, acresce o facto de muitas destas células e membros da organização tenderem a desenvolver as suas atividades autónomas em ambientes de baixo contraste, seja camuflando-se em territórios urbanos de elevada densidade populacional, seja em terrenos montanhosos ou no interior da selva, isto é, locais que propiciam a prossecução de táticas de ataque e fuga (Flynn, Juergens e Cantrell, 2008: 57). O mesmo acontece em territórios marcados pela insurgência, onde os terroristas operam clandestinamente, emergindo das sombras do conflito e confundindo-se com insurgentes na consecução dos seus ataques (Wilkinson, 2011: 49).

O Vetor Militar no Combate ao Terrorismo Transnacional

Estas vicissitudes dificultam a eficácia os moldes de atuação tradicionais de combate ao terrorismo. Perante a nova configuração e *modus operandi* dos grupos e organizações terroristas, não só o vetor militar tem adquirido maior relevância em ações de contraterrorismo, como também se tem tornado um instrumento de forte atratividade para fazer face à ameaça, dadas as facilidades operacionais proporcionadas tanto ao nível de recolha de informação sobre o adversário, como da captura ou eliminação de alvos de elevado valor.

Após o 11 de setembro, assistimos a uma alteração radical na estratégia americana de combate ao terrorismo global. A *war on terror* implicou uma atuação mais agressiva por parte dos Estados Unidos, onde a par, por exemplo, das reformas operadas no seio da Comunidade das Informações ou da introdução de novos mecanismos de proteção e defesa dos cidadãos e de infraestruturas críticas, a força militar adquiriu maior preponderância, não se tendo limitado somente a ações como a intervenção militar no Afeganistão ou no Iraque.

Precisamente, nos últimos anos, uma das ações que mais tem sido determinante para a desestruturação e perturbação das capacidades da Al-Qaeda tem sido a contínua projeção da força em teatros de guerra irregular como o Iraque ou a condução de campanhas aéreas de aquisição de alvos em vários pontos do globo. Esta nova visão para o emprego do vetor militar em ofensivas contraterroristas apenas se tornou possível graças aos avanços tecnológicos operados no campo militar e que estão na base de um novo modo de condução das guerras, mas por outro lado também deriva da consciência da necessidade de uma resposta em rede por parte das forças empenhadas em atividades de contraterrorismo, já que a morfologia organizacional e operacional de atores como a Al-Qaeda se manifesta também em rede (McChristal, 2011).

Nas guerras modernas a vitória no campo de

batalha é determinada pela superioridade do conhecimento, alcançada pela utilização de um conjunto de tecnologias sofisticadas através das quais são obtidas informações corretas, rigorosas, atempadas e em permanência sobre o adversário no teatro de operações e, conseqüentemente, maior eficácia à atuação das forças, precisão no alcance dos alvos, menos baixas amigas e menos danos colaterais. Neste sentido, procurando reproduzir estes efeitos no combate ao terrorismo, o emprego da força militar em campanhas de contraterrorismo passou a assentar em tecnologias da Guerra Centrada em Rede, isto é, em tecnologias C4ISR (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*). O C4ISR é um sistema que harmoniza e integra vários sistemas tecnológicos que conectam em tempo real sensores, comandantes, armas e tropas no terreno, através da produção de uma rede assente na permanente recolha de informações sobre o adversário por meio de sistemas de vigilância e reconhecimento, como sensores passivos ou ativos, integrados em plataformas móveis ou estáticas, tripuladas ou não-tripuladas, ou até mesmo pelo próprio homem, que são posteriormente processadas e analisadas em computadores e disseminadas através de sistemas de comunicações avançados por todos os escalões operacionais, desde o comandante até às unidades na frente de combate (Telo, 2002: 231). Com este sistema de sistemas não só é possível obter uma imagem global em tempo real e em permanente atualização sobre o teatro de operações, mas acima de tudo, traduzir automaticamente essa informação em poder de combate real, sincronizado e eficaz em tempo útil (Bispo, 2004). O resultado desta rede de informação é uma menor vulnerabilidade das forças, menos riscos e maior segurança, autonomia, iniciativa e flexibilidade nas operações. Por outro lado, baixas e danos colaterais são reduzidos graças ao acesso a informação exata sobre a localização do adversário, conjugada com armamento de precisão. São estas vantagens que têm levado os Estados

Unidos a empregar estas tecnologias no combate ao terrorismo transnacional ao reduzirem exponencialmente os constrangimentos do uso do poder de fogo no desempenho de missões globais de captura ou abate de alvos da Al-Qaeda, tanto em operações aéreas conduzidas à distância, como em missões terrestres em ambientes permissivos ou semipermissivos, onde a liberdade de projeção da força é reduzida ou inexistente (Shaw, MacKenzie, Pollio, 2011: 1). Aliás, sem o apoio em tecnologias militares não teria sido possível a prossecução da operação que conduziu à morte de Osama bin Laden, ou empreender o ataque aéreo que eliminou Anwar Al-Awlaki, um dos líderes mais importantes da Al-Qaeda na Península Arábica. A operação conduzida para capturar o líder da Al-Qaeda pode ser tida como o exemplo mais importante do emprego do vetor militar em missões de contraterrorismo ao combinar a intervenção de forças de operações especiais com tecnologias militares sofisticadas. Apesar de uma década à procura do autor dos atentados do 11 de setembro, a operação resultou de um longo esforço de *Intelligence*, o qual foi determinante para encontrar o nó fundamental da rede da Al-Qaeda que iria conduzir ao objetivo final, neste caso o mensageiro de bin Laden, que se tornou o ponto de partida para a conceção de um plano de ação. Ações de reconhecimento e vigilância por meio de fontes de intercepção de comunicações e sistemas de ISR aéreo, com base em imagens de satélite, sensores a laser ou radar integrados em plataformas aéreas como UAV foram essenciais à identificação e localização do alvo, bem como para o planeamento e condução da operação. Finalmente, helicópteros furtivos transportariam os SEAL a partir do Afeganistão para executar a missão de captura ou morte de Osama bin Laden. Graças a câmaras integradas no capacete de um dos SEAL, o Presidente americano pôde acompanhar a operação em tempo real, numa versão moderna do telescópio de Napoleão (Bergen, 2012: 24). O valor da operação não se limitou à eliminação

do líder da Al-Qaeda, mas foi também da maior utilidade o facto de se ter conseguido *a posteriori* recolher uma quantidade de informações de elevada importância sobre a rede terrorista, após buscas intensivas ao esconderijo de bin Laden. A análise dos seus documentos pessoais encontrados veio a revelar a localização de um outro indivíduo de topo dentro da organização, que acabaria morto três meses depois num ataque aéreo (Mazetti, 2011). É importante também ter em conta que a natureza desta operação foi crucial para o alcance do alvo, já que, uma vez que bin Laden se encontrava num complexo situado a 1,3 km de distância da Academia Militar Paquistanesa em Abbottabad, não se sabia até que ponto o governo paquistanês tinha conhecimento da sua localização. Em suma, esta operação evidencia a utilidade do vetor militar num novo tipo de missões onde a eliminação dos alvos não é um fim em si mesmo, mas visa igualmente obter novas informações sobre a organização terrorista. Estas resultam de um método¹ desenvolvido para combater adversários que estruturam a sua atuação em rede, e neste sentido, tem demonstrado enorme proficuidade contra redes terroristas localizadas em territórios hostis às forças de segurança. Assim, recorrendo às tecnologias C4ISR torna-se possível combinar operações cirúrgicas com operações de recolha de informação, que permitem ir ao encontro e eliminar alvos fixos ou móveis no terreno, com uma rapidez e eficácia que não dá tempo ao inimigo para se regenerar. Por outro lado, o ataque aéreo que matou Anwar Al-Awlaki exemplifica uma visão preponderante para o emprego do poder aéreo na eliminação de figuras de liderança e operacionais da Al-Qaeda espalhados por todo o globo, nomeadamente no Paquistão, Afeganistão, Iémen ou Somália, onde veículos aéreos não-tripulados têm protagonizado este tipo de ofensivas empreendidas à distância, contribuindo acentuadamente para a redução dos constrangimentos relativamente ao emprego tático do poder de fogo, graças à possibilidade de condução de campanhas de aquisição de alvos,

sustentadas em ataques aéreos certos de elevado grau de precisão. Esta é uma tática à qual os Estados Unidos têm recorrido repetidamente, inspirados nas experiências de Israel contra o Hamas e Hezbollah (Bolkcom e Katzman, 2005: 14). Entre 2004 e 2013 (25 de março) registaram-se 422 ataques aéreos no Paquistão e Líbano, que atingiram mortalmente entre 2.426 e 3.962 indivíduos, dos quais entre 1.969 e 3.238 foram identificados como militantes. A taxa de inocentes atingidos durante o referido período é estimada nos 18%. Só no ano de 2010 foram autorizados 118 ataques sobre vários alvos na fronteira noroeste do Paquistão. Os números são reveladores e pode-se afirmar que apesar de alguma controvérsia, o programa tem de fato tido sucesso na perturbação das operações da Al-Qaeda e das suas estruturas de liderança (Bergen e Tidemann, 2010: 6). Estas operações têm sido justificadas pela dificuldade no acesso terrestre aos alvos terroristas e pela preocupação com a defesa das forças, já que os ambientes terroristas são cada vez mais impenetráveis e hostis às forças militares no terreno (Kurtulus, 2012: 49-50). Para além disso, as capacidades melhoradas dos sistemas de vigilância e reconhecimento destas plataformas, por sua vez controladas autonomamente por computadores ou controlo remoto à distância e combinadas com tecnologia furtiva e armamento guiado têm sido a chave para identificar, localizar, monitorizar e atacar alvos, anteriormente difíceis de aceder, ao mesmo tempo que são reduzidos os danos colaterais e as baixas civis de forma considerável (Renner, 2004: 95). Em suma, os desenvolvimentos tecnológicos têm conferido preponderância à componente militar enquanto ferramenta de combate à Al-Qaeda, contribuindo enormemente para o gradual enfraquecimento da organização em alguns pontos do globo, para minar a sua liderança, pela facilidade com que se torna possível eliminar ou capturar indivíduos de elevado valor, destruir santuários e campos de treino e, deste modo, perturbar as comunicações internas

da organização, capacidade de recrutamento, doutrinação e planeamento.

Problemas e Dilemas

Relativamente a esta estratégia há que ter em conta algumas considerações. É inegável o contributo dos desenvolvimentos tecnológicos militares, em particular do emprego tático de veículos aéreos não-tripulados, para a desestabilização da Al-Qaeda em algumas regiões do globo. De facto, as baixas praticamente nulas registadas no desempenho destas missões, os reduzidos danos colaterais quando comparados com outros métodos, a eficácia no alcance dos alvos e a localização geográfica das mesmas, não só tornam os Estados mais propensos ao emprego tático do poder de fogo, como também tornam os cidadãos democráticos mais receptivos à solução militar.

Contudo, embora em termos militares, a precisão se traduza em níveis superiores de eficácia no alcance dos alvos (Miguel, 2009: 214), perante um inimigo que se camufla entre a população, mesmo com os instrumentos ofensivos mais sofisticados, é impossível garantir total ausência de baixas. Para os governos democráticos, a morte de civis inocentes nunca será muito bem vista por parte da opinião pública e, num pior cenário, poderá levar ao seu descrédito e perda de legitimidade. Pelo contrário, para os terroristas, qualquer inocente morto pelo inimigo facilmente pode ser convertido numa fonte de propaganda para recrutamento e radicalização. Para além disso, apesar da projeção da força militar não incidir diretamente sobre as populações locais, os ataques prolongados acabam de alguma forma por surtir efeitos psicológicos sobre a população ou ter graves consequências sociais e económicas na região, o que pode revelar-se muito contraproducente numa estratégia que visa negar aos terroristas uma base de apoio (Wilkinson, 2011: 184). Hoje já existem referências que indicam que os *drones* substituíram Guantánamo como ferramenta de recrutamento para terroristas da Al-Qaeda em

regiões que têm sido alvo dos ataques (Becker e Shane, 2012).

Assim, apesar de todas as vantagens, o recurso a este tipo de operações exige alguma moderação, já que a luta contra o terrorismo passa também por não oferecer aos terroristas mais instrumentos de propaganda e de radicalização para além daqueles que estes já conseguem com as suas próprias capacidades. Adicionalmente, não só a imagem do Estado que conduz as operações fica seriamente afetada, o que poderá prejudicar toda uma estratégia de conquista de "corações e mentes", mas também poderá espoletar graves problemas diplomáticos com outros países, inclusive aliados, dado que, frequentemente, a condução deste tipo de missões envolve a violação de soberanias nacionais, pondo em causa eventuais estratégias de cooperação existentes, nomeadamente ao nível da partilha de informação.

Por outro lado, o sucesso operacional e tático dos *drones* é questionável e a prática frequente e repetitiva com que têm sido empregues estes instrumentos é preocupante. Efetivamente, a tática tornou-se estratégia e os objetivos estratégicos de longo prazo têm sido substituídos pela simplicidade no alcance de vitórias rápidas de curto prazo (Segalini, 2013). Ao que parece, tem-se caído no perigoso erro para o qual Colin Gray alerta, de as táticas se terem tornado mais importantes do que a estratégia. Ao invés, as táticas fazem sentido na medida em que são meros instrumentos da estratégia e não um fim *per se*. Como tal, apenas podem conduzir aos objetivos políticos delineados estrategicamente quando empreendidas de modo competente, isto é, quando os efeitos estratégicos desejados são alcançados (Gray, 1999: 20-22). Assim, uma estratégia que deve ser global não pode ser direcionada *tout court* para a eliminação de terroristas, mas deve evitar criar novos. E o que se verifica é que nem os ataques aéreos impedem o deslocamento das células e da violência terroristas para outras regiões – veja-se o exemplo do Mali –, nem contribuem para mitigar a radicalização e a

capacidade de recrutamento dos grupos terroristas, nem sequer constituem garantia de que no futuro não se venham a verificar tentativas e ações retaliatórias motivadas por este tipo de operações. É importante não esquecer que os terroristas têm demonstrado crescentes capacidades para a produção de fenómenos de violência espetaculares, com base em ataques cada vez mais letais e destrutivos.

Apesar de tudo, estas breves considerações não invalidam a importância que os meios e tecnologias militares podem efetivamente ter no combate ao terrorismo transnacional. A operação que conduziu à morte de Osama bin Laden é um exemplo claro do sucesso destes instrumentos em ações de contraterrorismo e a aquisição de alvos por meio de veículos aéreos não-tripulados pode ser decisiva ou, em muitos casos, constituir um mal menor. Não obstante, ofensivas de caráter militar requerem alguma prudência para evitar que estas se tornem uma opção de primeiro recurso numa estratégia que deve ser holística e multifacetada, sob pena de comprometer os objetivos estratégicos a longo prazo. Para além disso, os sistemas tecnológicos militares são uma fonte de *Intelligence* muito valiosa no desempenho de missões de reconhecimento e vigilância e por isso devem ser conciliados, principalmente se tivermos em conta que qualquer informação pode conduzir a um potencial nó da rede terrorista, que por sua vez poderá levar a novos dados sobre a estrutura, membros, planos, intenções e capacidades do inimigo. Em suma, o combate ao terrorismo abrange múltiplas frentes e como tal exige uma estratégia coordenada e multifacetada por parte do Estado, envolvendo todos os seus vetores de ação, numa linha de atuação contínua no espaço e no tempo, onde a antecipação e a prevenção constituem objetivos primordiais. Nesta tarefa, qualquer Estado deve recorrer de forma moderada a todos os seus recursos sem complexos quanto à sua origem, mas sem esquecendo que a base do sucesso assentará sempre nas capacidades dos Serviços de

Informações e na qualidade da *Intelligence*, pois a melhor vitória contra esta ameaça de natureza transnacional e de proporções tão letais e destrutivas é impedir a sua materialização. O terrorismo é um fenómeno de violência que sempre existiu e sempre existirá e é muito provável que no futuro venha a adquirir novos rostos e novas motivações. E portanto, o grande triunfo de uma estratégia eficaz assenta acima de tudo na negação de vitórias ao inimigo.

Notas

¹ Este método trata-se de um ciclo operacional designado por F3EA (acrónimo de *Find, Fix, Finish, Explore and Analyse*) e foi concebido para fazer face à insurgência no Iraque.

Referências

- Becker, Jo e Shane, Scott (2012). "Secret 'Kill List' Proves a Test of Obama's Principles and Will". *New York Times*. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/05/29/world/obamas-leadership-in-war-on-al-qaeda.html?pagewanted=all>.
- Bergen, Peter (2012). "The Last Days of Osama Bin Laden". *Time*.
- Bergen, Peter e Tidemann, Katherine (2010). "The Year of the Drone: An Analysis of U.S. Drone Strikes in Pakistan, 2004-2010". *New American Foundation Report*.
- Bispo, António Jesus (2004). "As Operações Militares no Quadro das Novas Tecnologias. Conceito de Network Centric Warfare". *Revista Militar*, n.º 10, pp. 917-935.
- Bolkcom, Christopher e Katzman, Kenneth (2005). "Military Aviation: Issues and Options for Combating Terrorism and Counterinsurgency". *CRS Report for Congress*.
- Flynn, Michael T., Juergens, Rich e Cantrell, Thomas (2008). "Employing ISR: SOF Best Practices". *Joint Forces Quarterly*, n.º 50.
- Gray, Colin S. (1999). *Modern Strategy*. New York: Oxford University Press.
- Kurtulus, Ersun N. (2012). "The New Counterterrorism: Contemporary Counterterrorism Trends in the United States and Israel". *Studies in Conflict & Terrorism*, n.º 1, pp. 37-58.
- Mazzetti, Mark e Cooper, Helene (2011). "Detetive Work on Courier Led to Breakthrough on Bin Laden". *New York Times*, 2 de maio de 2011. Disponível em <http://www.nytimes.com/2011/05/02/world/asia/02reconstruct-capture-osama-bin-laden.html?_r=1>.
- McChrystal, Stanley A. (2011). "It Takes a Network". *Foreign Policy*, março/abril. Disponível em <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/02/22/it_takes_a_network>
- Miguel, Nuno Gonçalo (2009). "'Sistema de Sistemas': O Triunfo da Tecnologia?". *Nação e Defesa*, n.º 122, pp. 203-217.
- Pires, Mário Lemos (2009). "Resposta ao Terrorismo: Perspetiva Estratégico-militar", in Instituto de Estudos Superiores Militares (ed.), *Terrorismo Transnacional: Estratégias de Prevenção e Resposta*. Lisboa: IESM/Edições Prefácio, pp. 173-182.
- Renner, R. A. (2004). "America's Asymmetric Advantage: The Utility of Airpower in the New Strategic Environment". *Defense Studies*, n.º 1, pp. 87-113.
- Segalini, David (2003). "Drones, Covert Action and Counterterrorism: Why UAV Strikes should be Exclusively Military". *Small Wars Journal*. Disponível em <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/drones-covert-action-and-counterterrorism-why-uav-strikes-should-be-exclusively-military>.
- Shaw, Timothy R., MacKenzie, Jason e Pollio, Anthony (2011). *Fusion Nodes: The Next Step in Combating the Global Terrorist Threat*. Monterey:

Naval Postgraduate School.

Telo, António José (2002). "Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso". *Nação e Defesa*, n.º 103, pp. 211-249.

Wilkinson, P. (2011). *Terrorism versus Democracy: The Liberal State Response*. London: Routledge.

Zanini, M. e Edwards, Sean J. A. (2001). "The Networking of Terror in the Information Age". Arquilla, John and Ronfeldt, David (eds.), *Networks and Netwars. The Future of Terror, Crime and Militancy*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.